



---

**EXCELENTÍSSIMO(A) SR(A). PREGOEIRO(A), DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUIRINÓPOLIS – GO**

**Referente:** Ao Pregão Eletrônico Nº. 070/2024

**Tipo de Licitação:** Menor Preço Por Item

**Data de realização:** Dia 06/06/2024, às 09h

A empresa TECAR AUTOMÓVEIS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº. 37.832.037/0003-58, Inscrição Estadual Nº. 10.388.234-0, Inscrição Municipal Nº. 37793, com sede na Avenida Rio Verde, S/N, Quadra 112, Lote 01/10, Parte B, Setor dos Afonsos, Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, CEP Nº. 74.915-420, CONCESSIONÁRIA DA MARCA FIAT, através de seu procurador, o Sr. Tales Albert Costa, Brasileiro, Solteiro, Consultor de Vendas a Governo, portador do RG/CI Nº. 5854128 SSP-GO, inscrito no CPF/MF Nº. 700.163.511-18, residente e domiciliado nesta capital do estado de Goiás, vêm respeitosamente à presença de Vossa Senhoria e demais membros da Fundo Municipal de Saúde de Quirinópolis - GO na forma da legislação vigente, apresentar:

**PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL**

Conforme previsão contida no Art. 164 a 168 da Lei Federal Nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, Art. 12 do Decreto Nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000 e item 20, subitem 20.1 até o 20.2 do edital de licitação e seus anexos.

Termos em que, espera receber Deferimento.

**TALES ALBERT COSTA**  
PROCURADOR  
RG/CI Nº. 5854128/SSP-GO  
CPF/MF Nº. 700.163.511-18

## **I – DA TEMPESTIVIDADE:**

O procedimento licitatório em epígrafe, em seu **ITEM 01**, versa sobre a aquisição de 01 (UM) veículo, conforme descrições informadas no termo de referência do respectivo instrumento convocatório de Pregão Eletrônico Nº. 070/2024, que será realizado pelo Fundo Municipal de Saúde de Quirinópolis – GO.

Assim sendo, ante a solicitação principal do presente pedido, resta abarcado a tempestividade quanto à impugnação de edital, senão vejamos o estabelecido no próprio instrumento convocatório:

### **“9. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

9.1. Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providências, assim como de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até às 17h00min do terceiro dia útil antecedente à data de abertura da sessão do Pregão.

9.2. Caberá ao(a) Agente de Contratação (Pregoeiro), auxiliado pelo setor técnico competente, decidir os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos. (Art. 15, §1º do Decreto Municipal nº 13.145/2024).

9.3. Acolhida à petição contra o Edital, caso acarrete mudança que afetará a confecção de Proposta, será designada nova data para a realização do certame.

9.4. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não o impedirá de participar de processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

9.5. Na fluência dos prazos para interposição de impugnação, o processo ficará no Departamento de Licitação, onde as licitantes poderão ter vista dos autos.

9.6. As impugnações interpostas fora do prazo serão consideradas intempestivas

9.7. Qualquer pedido de esclarecimento e/ou impugnação quanto ao Edital poderá ser solicitado/interposto junto à Comissão Permanente de Licitações, por e-mail: [licitacao@quirinopolis.go.gov.br](mailto:licitacao@quirinopolis.go.gov.br).

9.7.1. Os pedidos de esclarecimento e/ou impugnação encaminhados só terão validade após a devida confirmação de recebimento via e-mail por parte da entidade impugnada.

9.8. A decisão sobre o pedido de esclarecimentos ou impugnação ao Edital será publicada no site da Prefeitura, qual seja: <http://www.quirinopolis.go.gov.br>.”

Outrossim, como a Lei Federal Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, não disciplinou prazos para apresentação de pedidos de esclarecimento e impugnações aos editais, e, via de regra essa disciplina foi fixada



pelos decretos que disciplinam o pregão em suas formas presencial e eletrônica, vejamos o estabelecido no Decreto Nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000:

“Art. 12. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

*§ 1º Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.*

*§ 2º Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.”*

Ainda neste sentido a Lei Federal Nº. 14.133, de 01 de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), disciplina o exercício dessas manifestações nos seguintes moldes:

***“Capítulo II – Das Impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos:***

*Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.*

*Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.*

*Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:*

- a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*
- b) Julgamento das propostas;*
- c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;*
- d) Anulação ou revogação da licitação;*
- e) Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;”*



Por fim, resta claro e cristalino quanto à tempestividade da impugnação em referência, usufruindo assim esta licitante interessada, do prazo e todas as prerrogativas legais acerca da impugnação do instrumento convocatórios, motivada por meio dos fatos e fundamentos a serem apresentados adiante.

## **// – DOS FATOS:**

A presente licitante, interessada em participar da licitação em referência, ressalta a **irregularidade no instrumento convocatório em epígrafe**, notando o direcionamento para somente uma marca/modelo de produto, sendo este claramente percebido quando da análise detalhada da especificação contida em edital, senão vejamos:

“VEICULO TIPO PICK-UP 4 PORTAS. COM CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS, **MOTORIZAÇÃO COM POTÊNCIA DE NO MÍNIMO 110 CV**, TRANSMISSÃO COM NO MÍNIMO 6 MARCHAS PARA FRENTE + 1 REVERSA, TRAÇÃO: TRAÇÃO DIANTEIRA 4X2, RODAS DE NO MINIMO ARO 16", PROTEÇÃO DE COMPARTIMENTO DE CARGA (REVESTIMENTO), ABERTURA INTERNA DA TAMPA DE COMBUSTÍVEL, DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELETROHIDRÁULICA, VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA, CHAVE CANIVETE COM DESTRAVAMENTO REMOTO DAS PORTAS, AJ.”

Neste sentido, quanto as solicitações informadas e grifadas, ressalta-se que tais exigências são absolutamente ilegais, vista que afrontam as normas do procedimento licitatório, e restringe o caráter competitivo que deve ser base de toda licitação. De forma que outras marcas/modelos de veículos poderão atender 100% do respectivo termo convocatório, senão vejamos:

## **Vejamos as relações de caminhonetes do mercado e os respectivos itens que NÃO conseguiram atender de acordo com as atuais especificações:**

- Fiat – Strada Freedom Cabine Dupla 24/24:

- Potência de no mínimo 110 CV / Potência de 107 CV:

Conforme pode-se notar com uma simples pesquisa nos itens de série dos respectivos veículos apresentados no site das fabricantes, nota-se de imediato que outros veículos iriam conseguir atender a 100% do respectivo instrumento convocatório caso seja retirado o instrumento “110 CV”.

Desta forma, informamos que esta empresa, que é uma concessionária autorizada da Marca Citroen, não conseguirá participar do respectivo instrumento convocatório por conta das especificações elencadas acima, de forma que o seu veículo, Fiat – Strada Freedom Cabine Dupla 24/24 que hoje é o modelo mais atual no mercado de veículos Pick Ups 4 Portas, não conseguirá atender a integral das especificações, conforme especificação abaixo do veículo e itens que já se encontram grifados acima:



## STRADA FREEDOM CABINE DUPLA 1.3 8V FLEX 2024

### MVS

Modelo: 281  
Versão: BKH  
Série: 1  
Combustível: Flex  
MY: 2024

### Dados Técnicos

Cilindrada total (cc) : **1.332**  
Potência máxima (cv) : **98,0 (G) / 107,0 (E) a 6.250 rpm**  
Torque máximo (kgf.m) : **13,2 (G) / 13,7 (E) a 4.000 rpm**  
Altura do veículo (mm) : **1.606**  
Capacidade da caçamba (litros) : **844**  
Capacidade de carga (Kg) : **650**  
Comprimento do veículo (mm) : **4.474**  
Entre-Eixos (mm) : **2.737**  
Largura do veículo (mm) : **1.732**  
Tanque de combustível (litros) : **55**

Pt

### Itens de Série

\*Ajuste do banco do motorista  
\*Alarme antifurto  
\*Calotas integrais  
\*Chave com telecomando  
\*Detalhes externos na cor do veículo  
\*Direção elétrica  
\*Motor 1.3 Firefly 107 cv  
\*Porta-luvas iluminado  
\*Predisposição para rádio + Alto Falantes + Antena  
\*Retrovisores externos elétricos  
\*Rodas de aço estampado 6.0 x 15" + Pneus 195/60 R15  
\*Sensor de monitoramento da pressão dos pneus  
\*Terceira luz de freio  
\*Tomada USB (Apenas Carregamento)  
\*Travas elétricas  
\*Vidro traseiro térmico  
\*Vidros elétricos dianteiros e traseiros  
\*Visor de 3,5" TFT  
Air bag lateral  
Airbag duplo (motorista e passageiro)  
Alça de segurança lado passageiro  
Alerta de uso do cinto de segurança passageiro  
Alertas de uso de cinto de segurança do motorista  
Apoia-pé para o motorista  
Apoios de cabeça com regulagem de altura  
Apoios de cabeça traseiros com regulagem de altura  
Ar-condicionado  
Bancos em tecido cinza com Fiat Flag  
Barra de proteção do vidro traseiro  
Capota marítima  
Cintos de segurança retráteis de 3 pontos com regulagem de altura  
Computador de bordo  
Console central com porta-objetos e porta-copos

.Conta-giros  
.Controle eletrônico de estabilidade  
.E-locker - Controle de Tração Avançado (TC+)  
.Espelho no para-sol lados motorista e passageiro  
.Follow me home  
.Freios ABS com EBD  
.Gancho universal para fixação cadeira criança (Isofix)  
.Ganchos para amarração de carga na caçamba  
.Grade frontal na cor preta  
.Hill Holder (sistema ativo freio com controle eletrônico que auxilia nas arrancadas do veículo em subida)  
.Odômetro digital (total e parcial)  
.Indicador de combustível  
.Indicador de troca de marcha  
.Limpador e lavador do para-brisas  
.Luz de iluminação da caçamba  
.Luz de leitura  
.Luzes de posição diurnas  
.Moldura dos para-lamas  
.Para-choque traseiro com estribos antiderrapantes  
.Porta objetos nas portas  
.Porta-escadas  
.Predisposição para Rádio  
.Preparação para Rádio (Cabeamento e Chicote)  
.Protetor de caçamba  
.Protetor de cárter  
.Revestimento do vão de carga completo  
.Suspensão elevada  
.Suspensão traseira com eixo ômega e molas parabólicas longitudinais  
.Tampa da caçamba com nova tecnologia  
.Tomada 12V  
.Volante com regulagem de altura  
.4 Portas

### Cores

**CORES SÓLIDA BÁSICA**  
806 - PRETO VULCANO  
**CORES METÁLICA**  
979 - CINZA SILVERSTONE  
619 - PRATA BARI  
**CORES SÓLIDA**  
249 - BRANCO BANCHISA  
978 - VERMELHO MONTECARLO

### Revestimentos

162 - TESSUTO GRIGIO

Conforme segue descrito e grifado por nós no termo de referência do referido item, outras marcas/modelos não poderão atender a 100% da referida especificação, tendo em vista que o nosso veículo **Fiat – Strada Freedom Cabine Plus 24/24, NÃO CONSEGUIRÁ ATENDER A 100% DA ESPECIFICAÇÃO QUANTO AS SOLICITAÇÕES GRIFADAS ACIMA.**

Ademais informamos que os veículos apresentados acima se encontram como CONCORRENTES DIRETOS no mercado, estando no mesmo patamar e classificação veicular (picapes) e qualificações técnica e operacionais



semelhantes, tendo somente algumas diferenças em relação as suas especificações técnicas, conforme descrito acima.

Nota-se de imediato em simples pesquisa nos respectivos sites das fabricantes que os veículos se encontram com especificações e informações técnicas muito próximas, de fato que as diferenças entre um e outro são desprezíveis, pífias, de forma que não impactaram na destinação final do veículo.

Enfim, temos de ressaltar que nossa Constituição Federal de 1988 não admite que as licitações contenham cláusulas restritivas à participação dos interessados, prezando sempre pela ampla concorrência, competitividade e economicidade do órgão contratante, desta forma, quanto maior o número de produtos ou marcas ofertadas, maior a disputa e consequentemente o menor preço.

Ressaltamos novamente a esta administração pública que, mantendo a especificação do respectivo veículo, irá restringir a participação de marcas/modelos de veículos que são concorrentes diretos, e que não iram conseguir atender as especificações informadas como é caso apresentado do Fiat – Strada Endurance Cabine Plus 23/24, agora questionamos novamente, os modelos da fabricante FIAT são amplamente utilizados e são concorrentes diretos no mercado dos veículos supracitados, sendo assim porque a cláusula restritiva solicitada pela administração, de forma que todas as demais marcas que também se encontram como concorrentes não possam atender em totalidade o termo de referência do respectivo edital de licitatório ?

Desta forma, além de estar em desacordo com a legislação vigente, entendimento doutrinário e jurisprudências nestes documentos elencados, informamos que tal descrição não poderá ser atendida em sua íntegra por nenhuma das marcas/modelos do mercado atual, sendo que no mercado, constam marcas e modelos como demonstrado acima que são amplamente utilizados pelas prefeituras em todo território nacional e que são concorrentes diretas entre si e que possuem em outros casos características inclusive superiores ao veículo especificado porém que estão sendo deixados de fora por conta do direcionamento de especificações técnicas exigidas.

Assim sendo, resta claro e comprovado que somente atenderá a especificação solicitadas pelo órgão, somente uma única marca/modelo, quando a mesma solicita que os respectivos itens marcados e explicitados acima o que é uma irregularidade insanável, vista não ser permitido em nosso ordenamento jurídico esse tipo de direcionamento, senão vejamos o estabelecido na Lei Federal Nº. 14.133, de 01 de abril de 2021:

***“Art. 5º. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”***



**Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:**

*I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:*

*a) Comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;*

*b) Estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;*

*c) Sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;*

*Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.*

*§ 1º Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.*

*§ 2º Desde que, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar, não sejam causados prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, o edital poderá prever a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra.”*

O Artigo 9º da Lei Federal Nº. 14.133, de 01 de abril de 2021 informa que é **VEDADO** ao agente público: Designar, admitir, prever, incluir ou tolerar nos atos em que praticam situações que comprometam restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, o que está sendo ignorado por esta administração quando a mesma solicita que somente um tipo de marca/modelo atenda as exigências editalícias, de forma a ser um erro insanável que esta administração pública está cometendo quando afronta o que é determinado em lei.

Igualmente, temos de ressaltar que nossa Constituição Federal de 1988 não admite que as licitações contenham cláusulas restritivas à participação dos interessados, senão vejamos o estabelecido no Art. 37, inciso XXI:

*“Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente*

permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Esta disposição é repetida no Art. 9º, da Lei Nº. 14.133/21:

**Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:**

**I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:**

**a) Comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;**

**b) Estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;**

**c) Sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;**

Resta comprovado então tamanha afronta e violação ao princípio constitucional e legal da competitividade. Confirmando tamanha violação e desrespeito a legislação vigente, vejamos diversas deliberações do Tribunal de Contas da União – TCU:

#### **DELIBERAÇÕES DO TCU:**

“A licitação não deve perder seu objetivo principal, que é obter a proposta mais vantajosa à Administração, **MEDIANTE AMPLA COMPETITIVIDADE**, a teor do art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993. **Acórdão 1734/2009 Plenário (Sumário)**”

“A realização de procedimento licitatório para aquisição de bens e serviços é obrigatória, se ficar configurada a viabilidade de competição entre fornecedores. **Acórdão 88/2008 Plenário (Sumário)**”

“Comprovado o descumprimento de dispositivos legais básicos na realização de certame licitatório, ***impõe-se a fixação de prazo para que a entidade infratora adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, procedendo à anulação do respectivo processo, sem prejuízo de determinação tendente ao aperfeiçoamento de futuras convocações.*** **Acórdão 2014/2007 Plenário (Sumário)**”

“***Abstenha de incluir cláusulas em edital que venham a impor ônus desnecessários aos licitantes, (...) por implicar restrição ao caráter competitivo do certame, em violação ao art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993.*** **Acórdão 1227/2009 Plenário**”



---

*“Promova o devido processo licitatório, na contratação de obras, serviços e fornecimento de bens, **de forma a perseguir a proposta que seja mais vantajosa para o órgão**, nos termos dos princípios estatuídos pela Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 279/2008 Plenário**”*

*“Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos nº 101 - Sessões: 10 e 11 de abril de 2012*

***O estabelecimento de especificações técnicas idênticas às ofertadas por determinado fabricante, da que resultou a exclusão de todas as outras marcas do bem pretendido, sem justificativa consistente, configura afronta ao disposto no art. 15, § 7º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993.***

*Representação acusou possíveis irregularidades no Pregão Presencial nº 28/2009, realizado pela Prefeitura de Coronel Sapucaia/MS, que teve por objeto a aquisição de uma patrulha mecanizada com recursos provenientes de contrato de repasse firmado com a Caixa Econômica Federal - CEF. Apontou-se, em especial, restrição ao caráter competitivo do certame, com violação ao art. 7º, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, visto que as características e especificações do citado objeto impuseram a aquisição de trator da marca Valtra. Foram ouvidos em audiência o Prefeito e a pregoeira do certame. O auditor, ao examinar as razões de justificativas dos responsáveis, sugeriu fossem elas acatadas, em especial por terem as especificações do objeto sido endossadas pela CEF. O Diretor, com a anuência do titular da unidade técnica, porém, ao divergir desse entendimento, ressaltou que “as quinze especificações técnicas exigidas para o bem objeto do certame eram idênticas àquelas do bem ofertado pela empresa vencedora ...”. Tal detalhamento, sem justificativas técnicas para a exclusão de tratores de outros fabricantes, equivaliu, em concreto, à indicação de marca, o que afrontou o disposto no art. 15, § 7º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993. O relator também entendeu que “a especificação do produto equivalu à indicação de marca e não utilizou os termos referidos na jurisprudência do Tribunal (“ou similar”, “ou equivalente”, “ou de melhor qualidade”), de maneira a propiciar a participação de outras empresas na licitação”. Observou, também, que o plano de trabalho aprovado pela CEF fora “preenchido e assinado pelo próprio prefeito”. Em face desses elementos de convicção, o Tribunal, ao*

*acolher proposta do relator, decidiu: a) aplicar a cada um dos citados responsáveis multa do art. 58, inciso II da Lei nº 8.443/1992; b) instar a Prefeitura daquele município a, em futuras licitações para aquisições de bens, abster-se de formular especificações “que demonstrem preferência por marca, a não ser quando devidamente justificado por critérios técnicos ou expressamente indicativa da qualidade do material a ser adquirido, hipótese em que a descrição do item deverá ser acrescida de expressões como ‘ou similar’, ‘ou equivalente’, ‘ou de melhor qualidade’, devendo, nesse caso, o produto ser aceito de fato e sem restrições pela Administração, de modo a se coadunar com o disposto nos arts. 3º, § 1º, inciso I, e 15, § 7º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993”. Acórdão n.º 1.861/2012-Primeira Câmara, TC 029.022/2009-0, rel. Min. José Múcio Monteiro, 10.4.2012.”*

**“INFORMATIVO TCU DE LICITAÇÕES E CONTRATOS Nº 266**

**Planejamento – Direcionamento do objeto**

*No planejamento de suas aquisições de equipamentos, a Administração deve identificar um conjunto representativo dos diversos modelos existentes no mercado que atendam completamente suas necessidades antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado e evitar o direcionamento do certame para modelo específico pela inserção no edital de características atípicas.”*

Ademais, ante aos apontamentos elencados, é indiscutível o direcionamento do processo para alguma marca/modelo, bem como analisando as especificações não encontramos no mercado nenhum veículo que poderá atender ao edital em sua totalidade o que é uma total afronta aos princípios legais e constitucionais da legalidade, moralidade e igualdade, conforme estabelecidos no Artigo 37, Inciso XXI da CF e artigo 9º da Lei Federal Nº. 14.133, de 01 de abril de 2021.

Igualmente, sabemos que para publicação do ato convocatório (edital) o pregoeiro e/ou comissão de licitação se abarcam do parecer jurídico proferido por sua assessoria/procuradoria, onde é importante esclarecer que é possível a responsabilização de parecerista jurídico quando seu parecer, **por dolo ou culpa, induzir o administrador público à prática de irregularidade ou causar prejuízos ao erário.**

Assim sendo, ressaltasse que o parecerista jurídico pode ser responsabilizado solidariamente com os gestores por **irregularidades ou prejuízos ao erário**, nos casos de erro grosseiro **ou atuação culposa**, quando seu parecer for obrigatório, caso em que há expressa exigência legal, ou mesmo opinativo. Embora não exerça função de execução administrativa, nem ordene despesas ou utilize, gerencie, arrecade, guarde e administre bens, dinheiros ou valores públicos, o parecerista jurídico pode ser arrolado como responsável por tribunais, **pois**



**o art. 71, inciso II, da Constituição Federal responsabiliza aqueles que derem causa a perda, extravio “ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário”.**

O voto condutor do Acórdão 190/2001-TCU-Plenário expõe com precisão a posição do Tribunal de Contas da União – TCU sobre o tema, senão vejamos:

“O entendimento de que os procuradores jurídicos da administração não poderiam ser responsabilizados pelos seus pareceres levaria, no limite, **à esdrúxula situação em que, fosse qual fosse a irregularidade praticada, ninguém poderia ser responsabilizado, desde que houvesse parecer do órgão jurídico como respaldar da decisão. O DIRIGENTE ALEGARIA QUE AGIU COM BASE EM PARECER DO ÓRGÃO JURÍDICO E PROCURARIA ESQUIVAR-SE DA RESPONSABILIDADE.** A procuradoria jurídica, por sua vez, não seria responsabilizada, porque, por petição de princípio, gozaria de plena liberdade para opinar da forma que quisesse, por mais antijurídica que fosse, **situação que daria margem a todo tipo de ilícito, por parte dos gestores menos ciosos da gestão dos recursos públicos, e poderia levar a um caos generalizado na administração** (grifos acrescidos).”

A responsabilização solidária do parecerista por **dolo ou culpa** decorre da própria Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia), a qual, em seu art. 32, dispõe que o **“advogado é responsável pelos atos que, no exercício profissional, praticar com dolo ou culpa”**. A disciplina do art. 186 do Código Civil conduz à mesma conclusão, ao estatuir o seguinte: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Ademais, complementando o dispositivo citado, o art. 927 do mesmo código traz a seguinte previsão: “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”. Assim, existindo parecer que por dolo ou culpa induza o administrador público à prática de irregularidade, ilegalidade ou quaisquer outros atos que firam princípios da administração pública, poderá ensejar a responsabilização pelas irregularidades e prejuízos aos quais tenha dado causa.

O Supremo Tribunal Federal, tratando sobre a responsabilização de procurador de autarquia por emissão de parecer técnico-jurídico, admitiu a responsabilidade solidária do parecerista em conjunto com o gestor, conforme voto condutor proferido em julgamento do Plenário (MS 24631/DF, de 9/8/2007, **RELATOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA**):

“B) Nos casos de definição, pela lei, de vinculação do ato administrativo à manifestação favorável no parecer técnico jurídico, **a lei estabelece efetivo compartilhamento do poder administrativo de decisão**, e assim, em princípio, **o parecerista pode vir a ter que responder conjuntamente com o administrador**, pois ele é também administrador nesse caso. (grifos acrescidos)”

Vale ressaltar que o parágrafo único do artigo 38 da Lei 8.666/93 prescreve que as **“minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e**



aprovadas por assessoria jurídica da Administração” (parecer obrigatório). O Ministro Marco Aurélio, ao discorrer sobre a responsabilidade do consultor jurídico nesse caso, assim se pronunciou no voto condutor do MS 24584/DF, de 9/8/2007, de sua relatoria:

“Daí a lição de Marçal Justen Filho em Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª edição, página 392, citada no parecer da Consultoria Jurídica do Tribunal de Contas da União, no sentido de que, **‘ao examinar e aprovar os atos da licitação, a assessoria jurídica assume responsabilidade pessoal solidária pelo que foi praticado’**.

(...)

Os servidores públicos submetem-se indistintamente, na proporção da responsabilidade de que são investidos, aos parâmetros próprios da Administração Pública. A imunidade profissional do corpo jurídico – artigo 133 da Constituição Federal – não pode ser confundida com indenidade. Fica sujeita, na Administração Pública, aos termos da lei, às balizas ditadas pelos princípios da legalidade e da eficiência. **Dominando a arte do Direito, os profissionais das leis também respondem pelos atos que pratiquem.** (grifos acrescentados)”

A jurisprudência da Corte de Contas (Tribunal de Contas da União - TCU) há muito consolidou esse entendimento, conforme consignado nos acórdãos 1.674/2008-Plenário e 157/2008-1ª Câmara, logo, inexistem dúvidas acerca da responsabilização do parecerista jurídico. Assim sendo, resta claro a ilegalidade apontada, solicitação esta que frustra o caráter competitivo da licitação, estando em total afronta a legislação sobre a material, bem como, vai na contramão da jurisprudência e entendimento da suprema corte de contas TCU.

Por fim, resta demonstrado e comprovado a falha do respectivo termo de referência quando o mesmo especifica que somente uma marca/modelo de produto poderá atender a plenitude de sua especificação, que conforme comprovado, ferem os princípios basilares da nossa constituição nacional e das leis federais nas quais a administração pública se compromete a seguir.

### **III – DOS PEDIDOS:**

3.1 – Solicitamos que o presente documento seja recebido e processado, bem como as demais providências sejam tomadas na forma da Lei;

3.2 – Que seja **RETIFICADO** o termo de referência e seus anexos, onde seja alterado a parte que diz no item 01:

#### **DE:**

- Potência mínima de 110 CV

#### **PARA:**

- Potência mínima de 107 CV

De forma que conforme demonstrado amplamente no decorrer deste documento de forma a garantia a maior participação e competição de interessados no respectivo certame.



3.3 – Que seja acatado os pedidos explicitados acima, onde, visando o princípio da CONCORRÊNCIA, da COMPETITIVIDADE e da EFICIÊNCIA a prefeitura proceda com a publicação de errata acerca das necessárias correções no edital;

3.4 – Que no caso de a prefeitura vislumbrar como insanáveis as irregularidades apontadas, que o procedimento seja marcado para nova data, visando correção dos supracitados erros, na forma da lei;

3.5 – Que seja **DEFERIDA** a presente impugnação de edital, vista fatos e fundamentos explicitados, bem como, a não tolerância da legislação vigente à cerca de ilegalidades em procedimentos licitatórios, principalmente o direcionamento de licitação para uma marca / modelo / fornecedor / especificação ou grupo, conforme exposto anteriormente.

Goiânia, aos 31 dias do mês de maio de 2024.

**TALES ALBERT COSTA**  
PROCURADOR  
RG/CI Nº. 5854128/SSP-GO  
CPF/MF Nº. 700.163.511-18